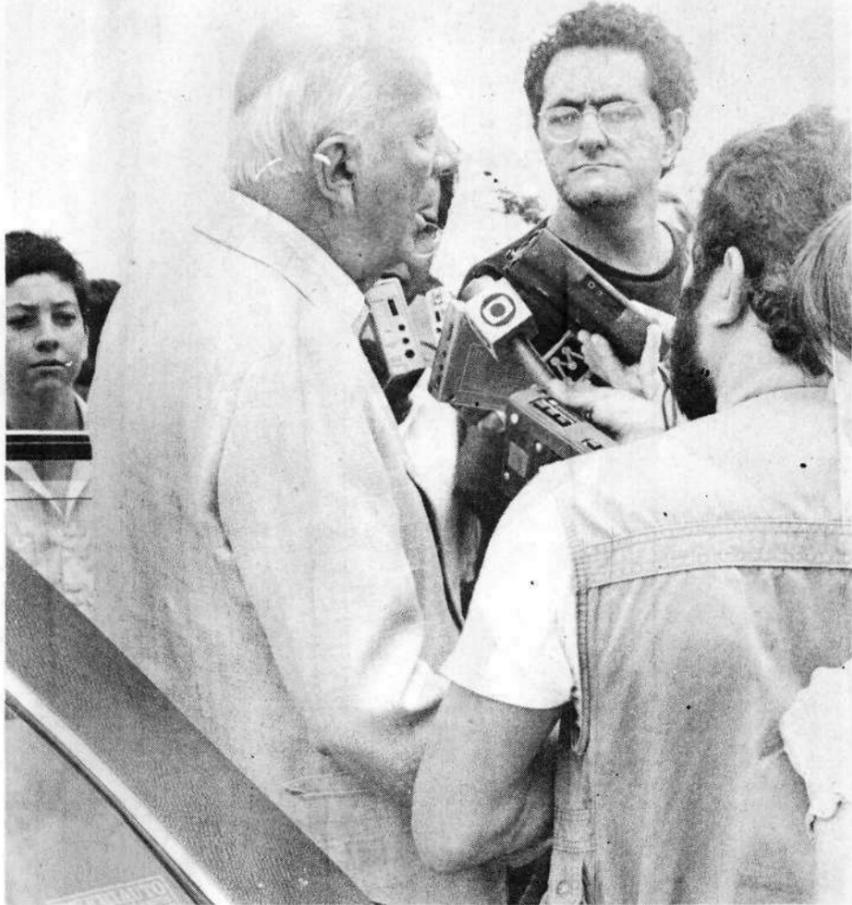


Ulysses vai ao Alvorada e sela trégua

Questão do mandato não foi discutida e votação da Constituinte vai ser acelerada

MARCOS HENRIQUE



Ulysses disse que o encontro com Sarney serviu para reduzir as tensões

Sarney vai manter as críticas, diz Prisco

O presidente José Sarney não vai parar de criticar as matérias já votadas pela Constituinte, quando discordar do que foi aprovado. A informação foi dada ontem pelo ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, amigo íntimo do Presidente.

Segundo Prisco Viana, a crítica ao texto já aprovado é uma coisa normal:

— Até porque as constituições existem para ser cumpridas, mas não estão imunes à análise crítica, que sempre foi feita por ju-

ristas e especialistas em direito constitucional.

O ministro acrescentou que Sarney, ao tecer comentários sobre decisões já adotadas pela Assembleia, está exercendo "o direito que todos têm de criticar matérias já votadas".

Sobre o encontro de Sarney com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, Prisco Viana disse que a conversa foi boa, e que o deputado informou ao Presidente da República que estabelecerá um ritmo acelerado de votação, promoverá acordos com as li-

deranças, e pensa em fazer votações em bloco:

— Não houve nada de excepcional — relatou Prisco Viana. Há muito tempo o presidente Sarney vem falando na necessidade de se acelerar os trabalhos da Constituinte, e de se eliminar esse elemento de radicalização que é o mandato.

O ministro lembrou que a emenda convocando a Constituinte fixava o término das atividades da Assembleia em 4 de dezembro de 1987, o que foi eliminado do texto na votação da proposta.

O encontro do presidente José Sarney com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ocorrido ontem no Palácio da Alvorada durante cerca de uma hora, pode selar a trégua entre os poderes Executivo e Legislativo, proposta pelo deputado para vigorar até o final dos trabalhos de elaboração da nova Constituição. Ao deixar a residência oficial do Presidente, Ulysses afirmou que é preciso, primeiro, últimas a Constituinte, para depois liberar as forças representativas dentro dos partidos, contra ou a favor do Governo.

Ulysses Guimarães chegou ao Palácio da Alvorada por volta das 10h15, e saiu uma hora depois. O carro passou rápido pelo portão principal, deixando os repórteres apreensivos, pois tudo indicava que ele não pretendia dar entrevista. Mas, para surpresa geral,

o carro parou. O parlamentar atendeu o apelo dos cinegrafistas e fotógrafos e desceu do carro para contar a sua conversa com Sarney.

Ulysses fez ao presidente Sarney uma exposição sobre o andamento dos trabalhos da Constituinte, e reafirmou o seu propósito de concluir a elaboração da nova Constituição até o dia 21 de abril. Disse que não chegou a conversar sobre a questão do mandato do Presidente, alegando que a aceleração dos trabalhos visa buscar a solução para problemas como a definição do sistema de governo, ordem econômica e social e greve, que ele considera de fundamental importância.

O deputado comunicou a Sarney que hoje, às 14 horas, em seu gabinete, será realizada uma reunião com os líderes das forças representativas da Constituinte para tornar a votação mais

rápida. A idéia, comentou, é utilizar mais o instrumento de fusões de emendas, assim como a votação de caráter global. O presidente Sarney disse para Ulysses que deseja maior rapidez nos trabalhos, para resolver os problemas do País e do seu Governo.

No entender do deputado, não existe impasse entre o Governo e a Constituinte, observando que às vezes também há problemas com setores sindicais e empresariais, entre outros. Mas, ao mesmo tempo em que nega a existência de impasse, ele reconhece que o encontro de hoje serviu para reduzir o grau de animosidade entre os poderes Executivo e Legislativo. "Não se quer criar um ambiente conturbado, difícil, exasperado ou tenso", garantiu.

A soberania da Constituinte vai ser respeitada pelo Presidente, segundo Ulysses. Mas ele não soube

dizer se Sarney vai continuar fazendo pesadas críticas, como as da última sexta-feira, quando utilizou o seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio" para dizer que existe uma minoria radical dentro da Constituinte que deseja tornar o País ingovernável. Ulysses acha que as críticas construtivas serão analisadas no segundo turno de votação. "A Constituinte não quer se julgar acima do bem e do mal", disse.

Sarney revelou para Ulysses como anda a negociação da dívida externa brasileira que vem sendo desenvolvida pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, contou o deputado, mas não chegou a entrar em detalhes. No final da entrevista, um repórter quis saber qual era a sua opinião sobre a volta do Brasil ao FMI. "Eu não tenho o que dizer", finalizou.

"Ninguém quer criar um clima tenso"

Como foi a conversa com o presidente Sarney?

— Eu fiz ao presidente Sarney uma exposição circunstancial do andamento dos trabalhos da Constituinte, notadamente com vistas ao futuro, aos próximos passos que devemos dar. Conversei com ele também sobre o meu propósito, que eu tenho já revelado há tempos, de nós acelerarmos os trabalhos da Constituinte. Eu entendo que estas perguntas, interrogações que estão aí, em todo o País, elas devem ser banidas e com isso devemos ultimar o trabalho da Constituinte.

O senhor conversou com o Presidente sobre mandato?

— Não. Não falamos sobre mandato.

Mas os próximos passos da Constituinte não incluem a votação e a definição dessa questão? Em 15 dias?

— Claro. Mas não é só isso. Parece que há uma obsessão, de só falar nisso, perguntar sobre isso, quando a Constituinte tem duzentos e tantos artigos importantíssimos que têm de ser resolvidos — sistema de governo, a questão da ordem econômica e social, o problema da greve e outros assuntos mais. De maneira que, se nós vamos acelerar os trabalhos, não é com vista a este ou aquele ponto. E toda a Constituinte.

Mas nesse momento há uma crise de relacionamento entre o presidente

Sarney e a constituinte, exatamente por causa da questão do mandato.

— Bom, o que eu quero dizer é aquilo que eu conversei. Eu conversei é que vou reunir as lideranças e as forças representativas da Constituinte amanhã (hoje), às 14 horas, em meu gabinete, a fim de acertarmos um plano, que depois levaremos ao plenário, para uma votação mais rápida. Pretendemos utilizar mais o instrumento de fusões, co-autoria, a questão da prejudicialidade, e a questão da votação global, principalmente da votação global, que há condições em face de interpretações regimentais para se fazer, desde que haja um entendimento. O Presidente revelou que ele tinha mandado a mensagem da convocação da Constituinte e que o desejo dele é que a Constituinte se desenvolvesse, resolvesse bem os problemas e com a rapidez possível, o que será bom para o País e, portanto, para o Governo dele. E essa rapidez vai resolver este impasse entre o Governo e a Constituinte?

— Não. Eu não falei em impasse. Não existe impasse. O que existe na Constituinte é que ela atua sobre assuntos estruturais, às vezes há problemas que se diz também que é impasse com setores sindicais, setores empresariais e outros setores mais. Mas a Constituinte está aí, não para criar impasse, mas resolver impasse.

O Presidente reiterou para o senhor as queixas com relação às minorias radicais, que, segundo ele, existem na Constituinte e que estariam tentando inviabilizar o Governo?

— Não. A conversa que nós tivemos, fundamentalmente, foi uma conversa no sentido construtivo, no sentido e que se ultimasse a Constituinte. Depois, se liberariam as forças que são representativas dos partidos — partidos a favor do Governo, partidos contra o Governo, para se concentrar mais num sentido, e o próprio Governo sabendo das definições constitucionais, em termos internacionais e nacionais, para projetar e desenvolver a sua obra.

O Presidente esclareceu ao senhor que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal para garantir o mandato de seis anos?

— Não. Não me falou absolutamente sobre isso. Nada.

E o senhor perguntou a ele?

— Não. Eu não fiz perguntas ainda, nenhuma. Não me cabia fazer perguntas. Eu só afirmei a necessidade de elaborarmos a Constituição, e a soberania da Constituinte. Por isso é que é Constituição. Ela constitui todos os demais poderes — o Executivo e o próprio Judiciário. Portanto, e a soberania da Constituinte que deve ser obedecida. E este é o entendimento também do Presidente da República.

O senhor acha que diminuiu o clima de animosidade depois desse encontro?

— Eu entendo que sim. Ninguém está querendo criar problemas para o País. Ele já tem tantos problemas. Não se quer criar um ambiente conturbado, difícil, exasperado ou tenso. O nosso propósito, principalmente quando desejamos votar a Constituinte, é contribuir para que isso não aconteça.

O Presidente não vai mais fazer críticas à Constituinte, daqui para frente, doutor Ulysses?

— Eu não sei. Não posso dizer a vocês. Eu posso dizer aquilo que ouvi. Aquilo que conversei. Agora, as críticas, evidentemente qualquer pessoa pode fazer, a Constituinte não quer se julgar acima do bem e do mal. Nem os papas hoje invocam mais isso. O dom da onisciência e da infalibilidade. A Constituinte pode ter, na sua elaboração lacunas, defeitos.

O presidente Sarney falou da economia para o senhor?

— Ele falou sobre as gestões que o ministro Mailson está desenvolvendo, principalmente no campo externo. Mas nem houve tempo, porque eu tinha compromisso.

O que o senhor acha da volta do Brasil ao FMI? O senhor acha que é possível?

— Eu não tenho o que dizer. Eu não vou falar mais nada.

Aureliano e Ulysses fazem acordo contra o confronto

No dia seguinte ao seu encontro com o presidente Sarney no Palácio da Alvorada, o ministro Aureliano Chaves conversou, em sua residência, com o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães. Ontem, depois de se avistar com o presidente da República no Alvorada, o presidente do PMDB reuniu-se no início da noite com lideranças do seu partido, na residência do senador Mário Covas.

Nos vários encontros do último fim de semana, o tema principal foi o "perigo do confronto" entre o Governo e a Constituinte. Sarney, Ulysses e Aureliano garantiram que estão trabalhando para evitar novas hostilidades entre os dois poderes, a favor dos trabalhos da Constituinte. "Quem alimentar o confronto está concorrendo, de forma impatriótica, para atropelar a transição democrática" — disse o presidente de honra do PFL, com a concordância do presidente do PMDB.

Aureliano Chaves e Ulysses Guimarães, dois presidentes examinaram também, no encontro de sábado, o quadro sucessório. O candidato natural do PMDB deu razão ao candidato natural do PFL: nenhum partido deve lançar candidaturas à sucessão antes da promulgação da nova Constituição — que, inclusive, definirá as regras do jogo. Particularmente, o ministro das Minas e Energia reconhece que Ulysses "tem todo o direito de pleitear sua candidatura".

Aureliano Chaves, meio irritado, afirmou que, de sua parte, não está alimentando quaisquer gestões envolvendo sua eventual candidatura, muito menos sondagens junto a Antônio Ermirio de Moraes ou Afif Domingos, para companheiro de chapa, como candidato a vice-presidente. O primeiro passo para se definir, observou, seria a aprovação do presidencialismo na Constituinte. O ministro não pretende ser candidato apenas para

atender interesses pessoais ou partidários.

Aureliano Chaves revelou a Ulysses Guimarães que iniciativas parlamentares destinadas a acuar o governo "sem base em fatos concretos" não colaboraram em nada para evitar as hostilidades. Ele citou como exemplo a CPI da Corrupção que, na sua avaliação, está agindo de forma genérica, acuando o governo e abrindo espaço ao confronto entre o Executivo e o Legislativo.

No início da noite, participantes da reunião de Ulysses Guimarães com lideranças do PMDB, no apartamento de Mário Covas, disseram que o presidente do partido foi "muito discreto" no relato de sua conversa matutina com Sarney. Mas não deixou de observar a preocupação do chefe do governo com ataques constantes e genéricos à sua administração, que estão causando, segundo o Planalto, o confronto entre o Executivo e a Constituinte.